EDUCAÇÃO SEXUAL E ABUSO SEXUAL NA INFANCIA: O DEBATE AUSENTE

Jorge Ruben Volnovich SOBEPI jorvolno@ciudad.com.ar
Virgínia Coeli Bueno de Queiroz – UNIVERSIDADE FUMEC
virginiacfq@yahoo.com.br
Cacilda Fátima da Costa - NPPI cacildacosta@ig.com.br
Iara Rosa de Oliveira – PBH - MG iaraol@terra.com.br

Introdução:

A ausência do debate sobre as questões relacionadas à violência sexual, sexualidade e sexo, que envolvem crianças, sempre esteve presente em qualquer sociedade e em qualquer época. Historicamente há evidências de que as crianças desde a antiguidade sofriam violência sexual e no Brasil, estudos revelam que no período colonial essa prática era comum. No entanto, somente no século XX, essas questões começaram a se tornar visíveis.

Volnovich (2005a) compara a tarefa de dar visibilidade a essa discussão à tarefa outorgada por Freud aos psicanalistas de tornar consciente o inconsciente. Essa visibilidade, no entanto, somente começa a tomar contornos a partir da contribuição da psicanálise, de Freud, ao problematizar a infância, desnaturalizando-a e tornando visível a sexualidade infantil.

A sexualidade infantil, no entanto, é negada em grande parte das instituições de educação. É difícil ver a criança sexualizada,, e mais difícil, entender e trabalhar com vítimas de abuso sexual. As evidências da violência, ou seja, o registro do ocorrido, fica na maioria das vezes, como nos mostra Volnovich (2005a, p.9) "guardado nas mentes e nos corações das crianças que os sofreram."

Muitas vezes, as crianças revelam seus sofrimentos, seus anseios, seus medos na rotina das instituições de educação infantil por meio de muitas linguagens, como o desenho, as brincadeiras, os jogos de faz de

conta, onde aparecem conteúdos de ordem sexual e de abusos, que partem, geralmente, daqueles que têm a responsabilidade de protegê-los. O abuso sexual não deixa marcas traumáticas apenas nos corações e nas mentes das crianças, também o seu corpo diz muito sobre as violências a que são acometidas.

Essas marcas ficam expostas no trabalho da educação infantil, o que exige do educador cuidados que remetem a contatos com o corpo da criança. As resistências ao toque, aos carinhos e as marcas no seu corpo falam de sofrimentos e de maus tratos na infância. Essas são algumas evidências a que os educadores recorrentemente se deparam e que exigem olhar e atitude mais cuidadosos frente ao problema. No entanto, mesmo tentando tornar visível o invisível, os educadores se encontram em uma situação que exige deles mais do que a sua formação lhes proporcionou. Afinal, o que caracteriza o abuso sexual? Como identificar? Como acolher essas crianças? O que fazer?

Tais questões são importantes e nos remetem não somente à necessidade de se inserir a temática do abuso sexual como pauta na discussão dos cursos de formação inicial e continuada dos educadores que trabalham com a educação infantil, mas principalmente possibilitar a esses educadores uma formação mais ampliada no que diz respeito à educação sexual na primeira infância.

Por outro lado, dar visibilidade ao abuso sexual na infância não resolve nem minimiza o problema. Para Volnovich (2005c), o abuso sexual passou da invisibilidade a visibilidade antinatural na sociedade contemporânea. Segundo o autor, apesar de todo o processo histórico, social e cultural que no século passado desencadeou a consciência da humanidade a respeito da moral e dos direitos das crianças, a utopia da igualdade entre os homens levou a uma utopia de igualdade frente ao consumo.

Dessa maneira, a sociedade atual muitas vezes caracterizada como pós-moderna, é mais civilizada e mais bárbara que as anteriores, se julgarmos que grande parte das crianças é excluída dos seus direitos. Transformadas em consumidores e objetos de consumo, como mercadorias,

as crianças são fetichizadas pelos pais e pela mídia, erotizadas pelo mercado, passando a assumir o modelo *adolescentromórfico*.

Diante desse contexto, cabe à escola compreender as infâncias na sociedade contemporânea, que de acordo com Volnovich (2005c), se constituem a partir do imaginário do patriarcado e do mercado. A infância, segundo o autor, não ocupa apenas o lugar do gozo, do passivo, mas assume também um caráter ativo, violento e abusador em relação às pessoas que convivem com elas.

Dessa maneira, trabalhar com crianças pequenas é um desafio para os professores se pensarmos que grande parte deles idealiza a infância e nega *as infâncias* que convivem com as violências, os maus tratos e os abusos. Em muitas instituições, ainda persistem a negação e o silenciamento sobre as questões. Os educadores, em sua maioria, negam porque não concebem a idéia da sexualidade infantil e da necessidade de um trabalho nesse sentido. Negam porque não têm formação adequada. Negam para não se comprometerem. Negam porque têm medo.

É preciso evidenciar, que a escola sozinha não vai resolver o problema, mas poderá contribuir para isso, quando compreender que o abuso sexual na infância é uma questão social e não individual ou familiar. Esse entendimento exigirá dos profissionais outras posturas, um maior envolvimento, comprometimento e ações coletivas, em rede.

O abuso sexual na infância e as instituições de educação infantil: A área cinza

O abuso sexual consiste, segundo Fuks (2005) em uma forma de vitimização, ou seja, uma violência caracterizada por uma dimensão pessoal, interpessoal. A criança vitimizada é reduzida à condição de objeto de maus tratos. A autora caracteriza resumidamente abuso sexual como:

> [...] a exploração de uma relação de poder sobre as crianças para a gratificação sexual de um adulto ou de uma outra criança significativamente maior. Os fatores que definem são a *relação de poder* e a incapacidade

> das crianças de dar um consentimento consciente. Qualquer participação de crianças em atividades sexuais nesse contexto implica, portanto uma *traição da confiança* depositada naqueles que, em oposição à vulnerabilidade infantil, detém um maior conhecimento e maiores capacidades. (FUKS, 2005, p.17, grifos da autora)

Então, podemos definir o abuso sexual como uma situação em que uma criança ou adolescente é usado (a) para a gratificação sexual de um adulto ou de um adolescente mais velho, configurando-se em uma relação de poder e dominação, que inclui desde carícias, manipulação da genitália, mama, ânus, o voyeurismo, o exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, com ou sem agressividade.

Como se vê, o abuso sexual não se refere somente às relações que envolvem contatos físicos e sempre são permeadas pelo poder. O poder hierárquico está presente numa sedução sexual, que difere, no entanto das outras violências. Segundo Fuks (2005, p. 20), a diferença se dá "porque está dirigida à satisfação sexual do sedutor e ao despertar de sensações sexuais na vítima."

Quando se trata de crianças, principalmente daquelas entre 0 e 6 anos de idade, geralmente o abusador é uma pessoa da família, o pai ou uma pessoa bem próxima da criança. Para Fuks (2005), mesmo sendo assim, são principalmente as mães das crianças vitimizadas e até mesmo as próprias crianças, que buscam ajuda de médicos e de professores.

As crianças buscam ajuda de diferentes maneiras. Expressam seus medos, suas dores e seus anseios por meio de diferentes linguagens. Cabe ressaltar, no entanto, que "o relato da criança sempre está limitado pela particular relação da criança com a palavra e a linguagem, sendo que as principais vias de expressão do conflito infantil são os jogos, a modelagem e o desenho." (VOLNOVICH. 2005b, p. 38),

As crianças pequenas, segundo o autor, não falam, ou seus relatos são incongruentes e imaginativos. Sendo assim, a limitação da linguagem

traz implicações para a suspeita e a validação do abuso sexual em crianças pequenas, dificultando o processo.

Volnovich (2005) caracteriza a complexidade do período que vai da suspeita à validação do abuso sexual em crianças pequenas, como uma "área cinza", nebulosa, não esclarecida. Como não se expressam verbalmente, através de um discurso lógico como o do adulto e às vezes, sua linguagem é permeada de fantasias, as crianças não são ouvidas.

Nesse sentido, Volnovich (2005b) argumenta a favor de se atentar para o "preconceito da normalidade e da lógica" (p.41) , "um preconceito adultomórfico" (p.40) que invalida o discurso da criança. Todavia, ressalta a importância de considerar as outras linguagens da criança:

> A criança pequena que freqüenta creche, jardim de infância ou escola tem uma linguagem e uma palavra adquiridas não apenas nessas instituições, mas no meio social onde vive. Essas palavras são jogos, a criança brinca ao dizer palavras, porque é no brincar, no desenho e na modelagem que constrói suas fantasias e sua realidade. Acontece que as crianças que sofreram abuso sexual, traumatizadas, mostram suas brincadeiras e desenhos uma espécie de *hiper-realidade* na qual estão mergulhadas. Esse caráter hiper-real do jogo pode ser representado pelo conhecido aforismo infantil "o rei está nu. O abuso sexual do qual uma criança pequena é objeto só será expresso, portanto, neste espaço hiper-real, transparecendo o caráter devastador que essa experiência traumática teve sobre ela. Como poderemos, então, deixar de lado, no diagnóstico o mais autenticamente a criança expressa? (VOLNOVICH, 2005b, p. 51-52)

As diversas linguagens da criança dizem muito de suas vivências, de suas alegrias e também de seus traumas. A maioria das instituições de educação infantil valoriza as linguagens das crianças no seu trabalho cotidiano, tais como o brinquedo, o desenho e os jogos, mas encontram dificuldades em ouvir as crianças quando trazem conteúdos de exploração, sexualidade, abuso e violência.

Numa entrevista com a coordenadora geral de uma creche em Belo Horizonte, localizada numa região periférica da cidade, que já vivenciou a confirmação de casos de vítimas de abuso sexual em crianças menores de 3 anos, as brincadeiras e jogos infantis são importantes na validação da suspeita.

Ela explica que a validação da suspeita é muito difícil: "E como a gente não tem assim uma coisa tão concreta, uma prova, porque tem que provar, se acontecer alguma coisa com a criança, a gente conversa com a família. Pergunta aos pais o que está acontecendo ...com a mãe."

Nesse processo, a coordenadora demonstra receio: "Nós estamos num local muito de risco, por ser uma favela [...] Então, às vezes a pessoa pode até correr algum risco de vida". A entrevistada, expressa, assim, a insegurança e o medo de notificar ou denunciar situações de abuso sexual, quando a suspeita não é validada.

Para a coordenadora, os indícios da validação de uma suspeita quando relatados pelas mães ou outras pessoas, também não são confiáveis. Muitos omitem o ocorrido, porque não querem se expor. "E tem a questão da vergonha também, da pessoa relatar, às vezes, assim, alguém fez um abuso com o filho, a pessoa tem a vergonha de falar, né? Ainda mais se é uma pessoa assim bem próxima, de casa."

A vergonha de falar de uma vida de sofrimento, de humilhação e principalmente de questões de ordem sexual é um dificultador para a certificação do ocorrido.

A comunidade onde se insere a instituição apresenta também, segundo a coordenadora geral, limitações de linguagem e apresenta um certo isolamento social:

> [...] tem as dificuldades de falar do assunto, fica assim meio sem graça de comentar. Às vezes a pessoa nem sai ali daquele local onde que é a Serra, a favela, sabe? Onde tem menino que nunca saiu, sabe? Então, assim, o nível da pessoa, assim, não é aquela coisa...[...] É. Igual no caso, eles acham que o local deles é lá na Serra. Se eles forem, vamos supor, aqui no centro, num teatro, algum lugar assim, eles acham que não é o ambiente deles. Então, assim, as pessoas se isolam muito.

Esse isolamento social, para a coordenadora, refere-se também a uma lógica de vida diferenciada, que convive com a violência, a promiscuidade e uma acentuada sexualização. Para a coordenadora, os conteúdos sexualizados, presentes nas brincadeiras das crianças, são destacados como agressivos e traumáticos.

Um dos seus relatos se refere a um menino de três anos que brincava com a boneca: "[...] a gente tem uma boneca lá muito grande, aí uma vez um menino pegou a boneca, abriu as pernas dela e tava beijando... aí falando assim, *ah, o marido da minha mãe faz isso com ela*."

A coordenadora fala de outra criança, um menino de dois anos que durante o horário de sono das crianças, "deita fazendo insinuações como se tivesse tendo uma relação, acariciando o menino..."

Para a coordenadora, é extremamente difícil falar dessas situações. Muitas vezes sua fala é permeada de silêncios, como nos mostra o trecho a seguir: "Então. A menina tava com a boca... entende. Aí ela falou assim que viu a mãe dela fazendo isso."

Com esses relatos, a coordenadora afirma que nas brincadeiras e nos jogos simbólicos, as crianças expressam o que presenciaram ou sofreram na vida real. Esses conteúdos de ordem sexual, para ela são até mesmo, agressivos. Decorrentes do contexto social das famílias que "às vezes moram num lugar e não tem repartição, moram assim bem precariamente" . As crianças, de acordo com a coordenadora, são precocemente erotizadas.

É importante ressaltar que nem sempre as brincadeiras de conteúdo sexual são indícios de abuso sexual. "O brincar de conotações sexuais pode, de forma similar, ser fonte de ansiedade para as cuidadoras, em parte porque elas podem suspeitar que ele está associado ao abuso sexual.[...] Isso não é necessariamente verdadeiro [...]" (GOLDSCHMIED, JACKSON, 2006,p.250)

Compreender que "uma criança pequena tem muita curiosidade a respeito do seu próprio corpo, e descobre muito cedo que, ao explorá-lo, pode ganhar conforto e prazer, e ainda alívio da tensão" (GOLDSCHMIED, JACKSON, 2006, p. 249-250) requer um olhar mais atento sobre a sexualidade na educação infantil, que ainda causa estranhamento e silenciamento nas instituições.

Em relação a essas brincadeiras erotizadas, a coordenadora, ainda, explica:

> A gente tenta até assim falar de forma que não tenha maldade, porque se a gente colocar maldade a criança já começa com a maldade? Então a gente fala assim, "olha, não é correto o que você tá fazendo. Vamos brincar de outra forma." Porque eles levam no lado da brincadeira, né? Porque a gente chegar e falar com eles, eles não têm amadurecimento ainda pra poder entender. E se a gente falar eles vão também amadurecer muito rápido, precariamente...

Essa fala da coordenadora geral mostra as dificuldades das professoras e da instituição em trabalhar conteúdos de ordem sexual na infância. Então, preferem evitar a temática.

> Pelo fato de que as crianças serem tão sintonizadas na percepção dos sentimentos dos adultos, elas rapidamente percebem quando eles ficam embaraçados ou tentam evitar algum assunto, e tenderão a não

> insistir em seus questionamentos quando sentem uma recusa. (GOLDSCHMIED, JACKSON, 2006,p.250)

Dessa maneira, desde a infância, institui-se que a escola não é o local para se tratar da sexualidade. E mesmo entendendo o que as linguagens das crianças dizem sobre suas angústias, seus medos, seus traumas, suas vidas, não é fácil ouvi-las. Por outro lado, a fala da educadora nos remete ao entendimento de que tratar de sexualidade na escola significa despertar nas crianças o interesse pelo sexo. Diante disso, podemos considerar que os professores não foram preparados para uma escuta apurada sobre assuntos que remetem diretamente ao corpo, ao sexo e a sexualidade das crianças.

Para a coordenadora da COL[1], enxergar as evidências de abuso sexual na infância é muito complicado para determinadas pessoas, porque requer um trabalho pessoal em relação à sua sexualidade. A visibilidade do abuso sexual na infância perpassa âmbitos nebulosos, que de início não são considerados por muitos estudiosos. As evidências de abuso sexual ou simplesmente da sexualidade infantil ainda causam estranhamento e repulsa em alguns educadores.

A sexualidade infantil geralmente não está presente nos currículos dos cursos de formação inicial e continuada dos professores. Por essa razão, eles não sabem lidar com ela na prática diária com as crianças. Os educadores preferem não falar daquilo que não dominam ou que não aceitam e acabam por negar sua existência. A fala da coordenadora geral dá indícios disso, quando não diz de algo que parece ser proibido na infância. Os não-vistos e os não-ditos permeiam o trabalho das escolas no que diz respeito à sexualidade infantil.

No século passado, Freud desconstruiu a idéia de criança ingênua, desinteressada pela sexualidade, como nos mostra o trecho a seguir: "Estou

[1] COL: Comissão Operativa Local. A coordenadora entrevistada é responsável pela COL da região centro-sul da cidade. Ela explica que cada regional em Belo Horizonte tem uma Comissão, para instituir, para implementar o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente. O Programa então foi implementado em 2005 pelo Governo Federal, ligado ao Ministério dos Direitos Humanos e foi proposto inicialmente em sete cidades do Brasil. Belo Horizonte foi a sétima cidade, porque Minas Gerais tem a maior malha viária do Brasil. E como a exploração sexual ela se dá sobretudo nas rodovias, se privilegiou então esses locais onde a incidência das denúncias foi maior.

convicto de que nenhuma criança – pelo menos nenhuma que seja mentalmente normal e menos ainda as bem dotadas intelectualmente – pode evitar o interesse pelos problemas do sexo nos anos anteriores à puberdade" (FREUD, 1906-1908, p.191)

Essa citação destaca a existência entre crianças pequenas, de uma sexualidade e de interesse pelo sexo, desde Freud. Ainda assim, a concepção moderna que considera a criança pura, inocente, assexuada e como um ser em formação, necessitando de uma preparação para a vida adulta, permeia o imaginário da escola e dos professores. Talvez seja esse um dos impedimentos para a abertura das escolas para o trabalho nesse sentido, de segundo a coordenadora da COL.

Por outro lado, a coordenadora da creche afirma que os professores se deparam também, com dificuldade de trabalhar com meninos e meninas que se mostram violentos justamente com as pessoas encarregadas da sua educação. Em relação a isso, relata a agressividade de uma criança de três anos:

> [...] ela falava muito palavrão.. falando com a professora "sua piranha, sua vagabunda..." e a gente conversava com ela, a mãe relatava que o pai tinha esse tipo de atitude com ela e que ela chorando ele batia nela, que se ela falasse alguma coisa ele ia largar ela. Só que nós conversamos com o pai também, e o pai já falava que a mãe que abusava da criança porque levava a criança pra pedir esmola.

O texto acima é provocativo. A coordenadora da creche associa a agressividade da criança com as suas vivências familiares, ou seja, as crianças são violentas e sexualizadas porque convivem com a violência e a promiscuidade.

> Igual a criança chega lá, às vezes, machucada, então se a gente percebe alguma coisa, a gente faz um

> relatório, até pra se precaver também, né, pra não falar que aconteceu na creche qualquer tipo de coisa. Porque, às vezes, quando acontece, você fala assim, "ó, seu filho tá fazendo isso", aí a mãe fala assim, "mas ele está aprendendo aqui na creche". Entendeu? [...] Então a gente tem que tá sempre fazendo esse relatório das crianças pra poder se resguardar.
>
> [...] Às vezes a mãe relata que o pai deixa o filho... normalmente é padrasto... que acontece... deixa ver filme pornográfico, a criança ... às vezes, é a casa que é muito pequena e os quartos são juntos, aí, às vezes, quando a mãe tá dormindo, tendo uma relação com o pai ou padrasto, a criança vê também. Aí a gente orienta aos pais, orienta as mães, o que está acontecendo.

De acordo com a coordenadora, a criança é sempre passiva, supostamente vítima da violência familiar ou da instituição. As famílias também são passivas, responsabilizando os vizinhos e até mesmo a instituição de educação infantil pelos atos violentos das crianças, bem como por seus comportamentos deliberadamente sexualizados, como nos mostra o seu relato:

> Eles sempre transferem a responsabilidade pra alguém, ou pra vizinho, ou pra escola, nunca assumem na íntegra que a responsabilidade é dele, que o ambiente de agressividade de... das crianças presenciarem essa questão da relação sexual por um descuido, ou até mesmo pela vontade deles de exibir isso pra criança, isso normalmente eles não assumem?

Em relação a essa suposta passividade, Volnovich explica que duas representações convivem no imaginário institucional da infância: "a

influência do patriarcado, numa perspectiva assistencialista do Estado e depois, a do mercado, onde o que importa é o consumo."

> [...] o mais relevante não é o caráter passivo que tem a criança como objeto do gozo, mas o lugar ativo que passa a ocupar, refletido e percebido pela violência real e pelo abuso que as crianças praticam sobre outras crianças e também sobre os adultos, em especial aqueles encarregados de protegê-las. (2005c, p. 63)

Para o autor, a criança ocupa um lugar ativo na sociedade e "transita entre extremos: o trauma e a futilidade." Há, portanto, uma *outra* forma de vida, correlata à vida dos shopping centers e ela adentra os muros das instituições de diversas maneiras. A escola, no entanto, é fútil, quando nega o trauma. Prefere trabalhar com a idealização da criança ingênua, pura, passiva, ou seja, um vir a ser.

É por isso que a agressividade e a hipersexualização da criança podem desencadear até mesmo uma repulsa nas professoras. Em muitos casos como o relatado pela coordenadora, a educadora toma as agressões como uma ofensa pessoal e passa a evitar a criança, a expulsá-la simbolicamente do grupo, a rotulá-la e estigmatizá-la junto aos colegas e coordenadores.

Historicamente, a escola se comprometeu com a modelização e o disciplinamento dos corpos e das mentes das crianças, preocupando-se demasiadamente com a moralização das crianças. Em relação ao corpo da criança, a atenção é dada ao cuidado da higiene e a prevenção de doenças. No entanto, o cuidado físico pode trazer evidências de maus tratos, negligência e até mesmo de abuso sexual, como nos relata a coordenadora da instituição, que vivenciou uma experiência de uma criança de dois anos que evitava contatos físicos, "a criança travava, não queria deixar encostar nela.".

Em muitos casos de suspeita de abuso sexual na infância, nada se comprova. A área cinza, como caracteriza Volnovich (2005) torna-se mais

cinza e nebulosa quando as pessoas encarregadas do cuidado e da educação das crianças negam-se a iniciar o debate, por ausência de formação, receio, medo, desinteresse ou porque não acreditam em mudanças.

As múltiplas facetas do abuso sexual na infância. O que fazer?

Alguns casos de validação do abuso sexual em crianças menores de seis anos foram descritos pela coordenadora geral da creche. Ela destaca duas meninas, uma de dois anos, que chamaremos Maria e outra de 3 anos, que denominaremos Sandra.

No caso da Maria, o abuso sexual foi comprovado e a mãe perdeu a guarda da criança. Inicialmente a polícia suspeitava do pai, mas foi comprovado que o padrasto estrupou as duas irmãs, a Maria e Júlia, de 5 anos. Maria, atualmente, freqüenta a creche e está sob a guarda da avó e Júlia sob a proteção de uma tia. A coordenadora relata que Maria trazia indícios de ter sido abusada no seu comportamento, que era extremamente erotizado:

> É. E sabe, ...a criança com a boca... Essa menina é tão engraçada, que ela às vezes ficava falando assim, "o namorado da minha mãe fica chupando a tchetcheca dela". "Aí, também, ele fica querendo chupar a minha".Aí ela já falou que já chupou o dele...

O relato fragmentado da coordenadora mostra as dificuldades da instituição em lidar com a problemática. A situação é muito delicada. Ainda, segundo a coordenadora, ela pode trazer implicações psicológicas para as crianças.

> [...] Então acho que tem que ter um trabalho não só de repressão com a família, mas também de ensinamento, de ... um processo. Não simplesmente de tirar a criança, sabe, a não ser em casos extremos.

> Porque a criança vai sofrer muito.. Quando a gente conversa com a criança, a criança se desespera, assim, na questão de perder a mãe, principalmente a mãe. "A minha mãe é isso... não... mas eu gosto da minha mãe". [...] A criança relata muito isso, esse amor, então acho que falta uma segurança pra gente também, às vezes até ter um pulso mais forte. Agora, uma coisa que a gente faz, a gente faz, a gente fala, a gente faz ameaça. A gente fala assim, "Se não melhorar, a gente tem que encaminhar".

A outra criança, a Sandra, não freqüenta mais a instituição. Enquanto ela estava na creche demonstrava um comportamento agressivo e extremamente sexualizado. A coordenadora geral relata que a mãe chegava chorando com a criança, dizendo que ela falava muito palavrão. Em determinado momento, a criança deixou de ir a creche, que foi comunicada da solicitação de uma vaga em outra escola pelo Conselho Tutelar. Motivo: denuncia de exploração do trabalho infantil.

Indignada, a direção da creche procurou entrar em contato com a família, foi até a casa de Sandra, conversou com a mãe, fez um relatório do ocorrido, mas a menina não voltou. A coordenadora geral afirma que nesse caso, não puderam fazer mais nada.

A instituição não teve conhecimento se foi certificada a suspeita de abuso sexual, apesar das denúncias de exploração do trabalho infantil e negligência da família. A coordenadora diz que os casos de abuso sexual, na maioria das vezes, são associados a outras problemáticas, como a miséria, a negligência, a violência, os maus tratos, a exploração do trabalho infantil e o alcoolismo. Os trechos abaixo evidenciam isso:

> [...] A maioria dos pais ganham menos que um salário mínimo... e meio. Um salário, um salário e pouco. E essas mães, algumas igual a mãe da Sandra, ela não trabalhava. Ela catava papel na rua, ficava pedindo,

> tal... Agora, as outras mães eram diaristas. Aí às vezes muitas não têm carteira assinada.
>
> [...] A Maria, por exemplo, antes da avó dela pegar, ela ia pra creche toda desarrumada, às vezes ficava três dias sem tomar banho...
>
> [...] às vezes a criança fica o dia inteiro lá na creche, a refeição que ela tem é só aquela que tem na creche.
>
> [...] A gente conversa bastante. Mas, tem caso de mãe que chegava a bater muito na criança...
>
> [...] Muitos pais, às vezes vão buscar os filhos drogados, ou então com alcoolismo. A gente fala assim "Não, espera um pouquinho que ele está jantando, tá almoçando, você vai ter que esperar". Até a pessoa, assim, apresentar melhora ou então a gente liga pra mãe, vai e fala "olha, o pai tá aqui", ou então, às vezes, tem uma mãe lá que ela tem problema, ela não tem coordenação motora muito boa, a mãe dela fala que é de tanto ela cheirar cola, que ela ficou desse jeito. E ela tem três filhos. Aí então, quando às vezes ela vai lá, a gente vê que ela não tá bem, a gente liga pra avó, pra avó ir lá buscar a criança.

Os trechos acima mostram as dificuldades enfrentadas pela creche e a maneira que encontrou para lidar com esses problemas. Segundo a coordenadora geral, eles procuram conquistar a confiança das famílias com muito tato. Do contrário, eles tiram as crianças da instituição.

Pensamento semelhante, apresenta o Conselheiro Tutelar ao afirmar que grande parte dos casos de abuso sexual chega ao Conselho Tutelar através de outras denúncias, como nos mostra o relato:

> [...] geralmente os casos não entram aqui ... vem diretamente com denúncia de abuso sexual. Os casos que a gente consegue identificar, nos acompanhamentos, nas conversas com o pai, com a mãe, com os responsáveis, a gente acaba identificando ali uma possibilidade de abuso. Porque normalmente chega como negligência, maus tratos, ou outro tipo até às vezes de violência.

Como já foi dito, o abuso sexual está associado a outras violências: negligência, os maus tratos, a exploração do trabalho infantil. No entanto, o muro de silêncio e a invisibilidade outorgada ao abuso, segundo a coordenada da COL são decorrentes da concepção de que esse problema é individual, da esfera da família e não social.

Por outro lado, o fenômeno da violência sexual contra crianças apresenta-se revestido de características peculiares que o tornam de complexo e difícil enfrentamento. Ele está circunscrito em um contexto sócio-histórico-cultural de raízes patriarcais, com conteúdos machistas e elitistas. Dessa forma, relações econômicas e de gênero incidem diretamente sobre a maneira como a sociedade produz, compreende e lida com o fenômeno. Dessa maneira, o fenômeno do abuso sexual é essencialmente social e cultural.

Dar visibilidade ao problema, segundo a coordenadora da COL, exige capacitação dos profissionais envolvidos, tais como as ofertadas pelo PAIR[2]:

> A capacitação que nós fazemos é 16 horas, ela engloba todo o público que atende a criança, tanto a escola, convidamos as escolas, os professores de todas as

[2] Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro - PAIR, a primeira política governamental intersetorial do Governo Federal, que tem como objetivo principal integrar políticas setoriais para a construção de uma agenda comum de trabalho entre Governos, Sociedade Civil e Organismos Internacionais, visando o desenvolvimento de ações de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas da exploração sexual e tráfico para esses fins.

> escolas, de todos os níveis, inclusive do Estado, e convidamos a Saúde e todas as políticas sociais. O retorno que tivemos de participação da escola foi mínimo. Mínimo, mínimo, mínimo. E sem que nós temos um profissional na ponta, que trabalha diretamente com essa criança, preparado, capacitado pra ler os sintomas do abuso, que são sutis, que muitas vezes podem ser confundidos com outras...

Como se vê, a coordenadora ressalta a importância da formação dos professores. Para ela, outros profissionais ligados ao atendimento das crianças devem ser capacitados:

> É necessária, é fundamental que o médico que o enfermeiro e que o professor, aquele cuidador dessa criança, ele conheça esses sintomas. [...] Nós temos, assim, de estudos psicológicos, mesmo de especialistas nessa questão, como você capta o problema e como você deve acolher esse problema preparando aquele técnico pra essa escuta e pra essa demanda.

A preparação desses profissionais perpassa pela escuta e o acolhimento. A coordenadora da COL explica qual o papel das educadoras:

> O que ele tem que fazer é proteger a criança. Como é que ele protege? É informando que há a suspeita de abuso. Pra quem? Para o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar tem... em cada Regional de Belo Horizonte, dentro do Conselho Tutelar tem o Programa Sentinela, que é um programa que tem um técnico que vai fazer a escuta daquela criança que entrou no Conselho Tutelar com suspeitas, ou mesmo que entrou sem suspeita de

> violência sexual, mas que o próprio conselheiro acha que pode ser, que vem com uma queixa, mas que pode ser outra. Então, no caso, quem é a porta de entrada pra qualquer... negligência, violência ou omissão contra a criança ou adolescente, é o Conselho Tutelar. É ele, legalmente.

Com essa fala, a coordenadora salienta que da suspeita a validação do abuso sexual, o trabalho não pode ser isolado. Não há nada que a escola pode fazer sozinha e a porta de entrada para a validação da suspeita é sempre o Conselho Tutelar. Ressalta, no entanto, o medo que as escolas têm de notificar a suspeita.

> Então ele está ali no meio da comunidade. O que o professor, ou o cuidador, ele pensa? "Ah, se eu denunciar isto, eles vem aqui e me matam." E realmente. Geralmente os abusadores são traficantes, muitas vezes. Muitas vezes. Acontece de ter as duas coisas... são pessoas de um nível de violência enorme, né, e que acham que são proprietários dessas crianças, que podem fazer com elas o que bem entenderem. Acontece que esta é uma questão do Estado. É o Estado que cuida do crime.

O conselheiro tutelar também verifica receios das escolas na notificação da suspeita. Ele diz:

> Tem. Tem denúncia. Só que a gente percebe nas conversas, inclusive, quando a escola na maioria das vezes ela liga pra pegar uma orientação primeiro, antes até de fazer a denúncia, a gente percebe até que tem muito receio de se fazer a denúncia. Por que? Porque a gente orienta que seja feito em nome da instituição. Mas a pessoa que está denunciando ela tem receio de

> retaliações... ou da família, ou de até... como é suspeita e não ficou comprovado, e depois não ficar comprovado, e aí ter levantado uma falsa suspeita, tem... culturalmente, a gente, sabe, tem toda esse receio.

Como se vê, muitos casos de suspeita não são encaminhados para o Conselho Tutelar por medo, tanto do suposto abusador, como da família e mesmo da comunidade. A coordenadora da COL salienta, no entanto, a diferença entre notificar e denunciar. Notificar é dar uma notícia sobre uma suspeita, e segundo ela, se o professor não o fizer, ele pode ser responsabilizado por isso. No entanto, não há muita clareza e diferença entre os termos que são usados, como sinônimos.

O Conselheiro Tutelar explica que por receio, muitas vezes, a escola tenta:

> [...] fazer a denúncia por telefone, sem se identificar, justamente pra ter uma maneira assim de se resguardar. Então quando a gente orienta que não, que a instituição ela tem que se identificar, é diferente quando uma pessoa..., particular, ela vai fazer uma denúncia, que ela não precisa se identificar. Mas a instituição ela tem que se identificar. Até porque pra realmente fazer um trabalho com aquela família tem que identificar.

O profissional argumenta a importância da parceria com a escola no caso da notificação da suspeita. É a escola, segundo ele que pode fornecer elementos importantes para a validação da suspeita e o acompanhamento do caso. No entanto, ele verifica muita resistência dos professores que a seu ver, querem se livrar do problema.

> A maioria das escolas, quando fazem denúncia, não só as escolas, mas as entidades, a sociedade de forma geral, ela já tá pensando em denunciar por uma questão de responsabilização do autor. E no caso do Conselho, o primeiro ponto não é a responsabilização do autor, seria a proteção daquela criança. Então essa proteção, mesmo que seja por exemplo um trabalho com o autor para cessar aquele tipo de violação. Né? Muitas vezes é uma doença, um fator psicológico, algo desse tipo. Então, precisa ser feito um trabalho com aquela família, pra que não seja simplesmente tirar a criança de lá ou prender o abusador. Não se resume a isso. Então, as escolas quando encaminham já pensam na responsabilização.

Para o Conselheiro Tutelar, muitas vezes, a escola lida com o problema tendo em vista o imediatismo, a solução do problema, que perpassa a responsabilização do agressor. O papel da escola, no entanto, é fundamental, tanto para ele, como para a coordenadora da COL.

> [...] muitas vezes esses abusos são crônicos e podem começar de bebê. E pode não deixar um vestígio. Então quando é um abuso agudo que houve o estupro, que tem esperma dentro do corpo da criança ali, que você pega aquele caso naquele momento, você leva programa hospital de referência. Vai fazer toda profilaxia, vai fazer toda a ... vai fazer um acompanhamento dessa criança durante um ano. Vai fazer a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. [...] Mas no caso crônico, é a escola e o posto de saúde que pode identificar. Então, a minha grande preocupação é quando os postos de saúde e as escolas não notificam e que um dia acontece um

> problema que essa criança venha a óbito. Porque um dia... sendo que você poderia ter feito... tomado uma atitude que paralisasse esse abuso... que interrompesse esse abuso. Porque muitos são crônicos, e não são revelados às vezes nunca.

Os educadores da infância, bem como os médicos do posto de saúde que têm contato direto com o corpo das crianças, tem o dever de notificar qualquer suspeita. Porém, a coordenadora explica que muitas vezes a notificação não é feita por negligência ou por falta de informação.

> E acho que ninguém pode ser... sabe... dizer que eu não sabia. Olha, nós temos relatos de médicos, que recebem crianças de 5 anos de idade no posto de saúde e receita uma pomada, com doença venérea. Isso não tem condição de falar que é falta de informação. Um médico não tem que... pôr... uma interrogação, aí, no caso de uma criança de 5 anos. Uma criança com doença venérea! Você não precisa de ver hímen rompido nem lesão vaginal, mas uma doença venérea é...

Nesse caso, o posto de saúde deveria notificar a suspeita. A parceria da escola com o posto de saúde é importante, nos casos de suspeita, bem como no acompanhamento dos casos comprovados de abuso sexual em crianças pequenas.

Para Volnovich (2005c), é extremamente importante que um programa de prevenção ou de assistência à criança maltratada se efetive através de uma rede institucional ou comunitária.

Conclusão:

Tratar da temática do abuso sexual na infância é transitar por vivências e trabalhos, segundo Volnovich (2005c) que perpassam ao limite e no limite. Implica, assim, transitar por espaços de fronteira, por entre-lugares nebulosos:

> [...] fica apagada a fronteira entre o político e o social e o técnico-profissional dos agentes , entre o legal e o ilegítimo de uma gestão, entre o real e fantasmático nas crianças, entre as verdadeiras e falsas denúncias no campo jurídico-legal, entre a loucura e a sanidade das crianças e das famílias traumatizadas, entre a saúde e a doença dos agentes sociais. Isso termina provocando a dissolução da identidade psíquica, deixando espaço para diagnósticos confusos, credibilidades questionadas, recursos teóricos desacreditados e atuações, muitas vezes, desajustadas. Talvez seja o motivo do clamor imaginário, em todos os grupos, por critérios oficiais, protocolos universais, saberes decisórios ou construções de redes organizativas, como forma de atenuar o desaparecimento das fronteiras pelas quais transitamos, construindo uma identidade própria e singular, capaz de simbolizar, em um discurso homogêneo o sofrimento de crianças e adolescentes abusados. (VOLNOVICH, 2005c, p.76)

A ausência de um discurso homogêneo, transparente e sentencivo, nos casos de suspeita e validação de abuso sexual em crianças, exige a construção de outros espaços. Espaços transversais, subjetivos que possam, de fato, retirar tanto as crianças como os profissionais envolvidos nesse trabalho do lugar de vítimas, de simples objetos.

Como objetos do Estado, o discurso da incapacidade, da impotência, presente na maioria desses profissionais, revela esse espaço de fronteira,

área cinza, sem definições precisas, que segundo Volnovich (2005c) constrói um duplo discurso, esquizofrenizante, onde os agentes simulam aceitar o discurso paternalista do estado, acabando por fazer o que podem e o que querem.

O discurso presente em todos os entrevistados nesse estudo, aponta a incapacidade e a necessidade de um trabalho em rede. Porém, para Volnovich (2005c) esse trabalho deveria conceber idéia da transversalidade[3] em oposição à simples interdisciplinaridade. Tal idéia possibilitaria, segundo o autor, dar visibilidade aos atravessamentos inconscientes dos discursos dos profissionais implicados no trabalho, bem como promover transformações subjetivas nos saberes instituídos e até mesmo nos que possuem esses saberes.

A transversalidade traz, assim, a idéia de micro-revoluções, revoluções moleculares. Pensar em transversalidade é pensar em abertura, conectividade e encontros. É nesse sentido que Volnovich (2005c) ressalta a importância de um trabalho que supere o isolamento e a impotência.

As instituições de educação infantil, um dos elementos fundamentais nessa trama, precisam, sim, promover o debate, encarar o problema de frente e para isso, é necessário, em primeiro lugar, se assumir como formadoras de crianças de uma maneira integral. E sem desconsiderar sua sexualidade inserir em seus currículos a educação sexual desde a primeira infância.

REFERÊNCIAS:

FREUD, Sigmund. Sobre as teorias sexuais das crianças IN: **"Gradiva de Jensen e outros trabalhos"** volume IX, pág.191, da Edição Standard, IMAGO Editora, Rio de Janeiro. 1906-1908

[3] "A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, quais sejam o de uma verticalidade pura e de uma simples horizontalidade; a transversalidade tende a se realizar quando ocorre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos." (GUATTARI, 2004 [1964], p.111)

FUKS, Lucia Barbero. Abuso sexual de crianças na família: reflexões psicanalíticas IN: VOLNOVICH, Jorge. **Abuso sexual na infância.** Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2005.

GUATTARI, Félix. A transversalidade (1964). In: **Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional**. Aparecida /S.P: Idéias & Letras, 2004;

GOLDSCHMIED, Elinor e JACKSON, Sônia. **Educação de 0 A 3 anos**, trad. Marlon Xavier. 2ed.- Porto Alegre: ARTMED, 2006.

VOLNOVICH, Jorge. Introdução IN: VOLNOVICH, Jorge. **Abuso sexual na infância.** Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2005a.

VOLNOVICH, Jorge.Abuso sexual de crianças pequenas: da suspeita à validação IN: VOLNOVICH, Jorge. **Abuso sexual na infância.** Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2005b.

VOLNOVICH, Jorge. Abuso sexual na infância: campo de análise e intervenção IN: VOLNOVICH, Jorge. **Abuso sexual na infância.** Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2005c.